

Manter a esperança

DEREK H. LOVELL-PARKER (*)

Assunto atual, oportuno, palpável, com sabor de arejamento. Sinto-me à vontade para abordá-lo. Sinto-me já participante do novo processo sócio-político-econômico que, em breve, se instalará no País. Sempre existiu no empresariado brasileiro o sadio desejo de colaborar no encaminhamento da solução dos grandes problemas brasileiros, mas, infelizmente, nos últimos anos fomos marginalizados desse processo participativo. Para a Nova República a participação do Grupo Montreal teve início muito antes de se tornarem bem nítidos os contornos atuais de uma candidatura vencedora: apoiamos o dr. Aureliano Chaves, de início, e, posteriormente, passamos a apoiar o dr. Tancredo Neves. E está neste tipo de posicionamento uma das características que marcarão o perfil do empresário na Nova República: contrariamente ao que acontecia no passado recente, esse "novo empresário" será um participante ativo do processo político, não mais poderá ficar alheio, à margem desse processo. Tanto isto é verdade que no seminário interno da empresa, de 1984, no qual elaboramos o nosso planejamento estratégico, destinamos cerca de 30% das horas de trabalho a temas políticos-econômicos para melhor posicionar os nossos 60 elementos que constituem o nosso top gerencial. Podia-se sentir, à flor da pele de cada um, um sincero e incontido interesse pela coisa política. E o início de uma renovação, sem dúvida.

A NOVA REPÚBLICA



Mas, com tantas contradições, contenções, restrições, limitações de toda ordem, o que pensar como empresário? Primeiro que tudo, há que se acreditar no Brasil e na sua gente! E porque acreditamos é que fizemos investimentos no nosso Grupo, em época de crise, o que não é muito ortodoxo. Não nos arrependemos não, pois os US\$ 10 milhões que investimos em 1984 geraram e gerarão novos empregos e novas frentes de atividade, o que nos permite antecipar que o lucro líquido alcançado este ano de US\$ 25 milhões seja pelo menos repetido. Não paramos aí: para 1985 planejamos investir mais US\$ 15 milhões. Há três anos atrás, tínhamos uma força de trabalho beirando 4.000 pessoas; em 1985, devemos alcançar 14.000. Tudo isto porque acreditamos neste país.

Antevemos, para os dois primeiros anos da Nova República, um período de ajustamento da economia como um todo, pois não poderemos passar subitamente de um longo período de recessão para um período de rápido desenvolvimento. Nos nossos planos consideramos uma inflação anual de 240%, bem acima da prevista pelo atual governo. Seria ilusório, e sobretudo um grande erro, procurarmos-nos enganar uns aos outros. Para esta fase de ajustamento, consideramos uma taxa de crescimento de 4 a 5% ao ano para o PIB, o que é compatível com a taxa de crescimento da economia mundial que deverá-se situar nos 3% anuais.

Cabe observar, contudo, que a despeito do crescimento real do PIB, já citado, teremos de enfrentar sérios problemas, pois a sociedade

brasileira, como um todo, está cheia de anseios não satisfeitos, que não poderão ser atendidos de pronto, nem na Nova República, nem em nenhum outro sistema de governo que viesse a se instalar. Acreditamos que esses problemas só poderão ser resolvidos mediante um Pacto Social no qual as classes trabalhadoras, as classes produtoras, as entidades classistas e o governo terão de trabalhar ombro a ombro, empenhados em um esforço comum, para a recuperação da economia brasileira. Nesse contexto, as classes trabalhadoras e suas entidades classistas desejariam também participar, o que, aliás, é um direito seu. O empresário terá de enxergar por uma óptica diferente o seu relacionamento com a força trabalhadora. A gestão do assunto capital/trabalho deverá acontecer, em ritmo crescente, mediante negociações diretas entre empregados e empregadores, com a mínima participação do governo. Tenderemos para um sadio equilíbrio entre empresas fortes e sindicatos fortes. Tudo isso exigirá, do empresariado, um preparo bem diferenciado do atual, pois os assuntos trabalhistas deverão ser considerados em um plano superior àquele que, até agora, prevaleceu, qual seja, a tutela, pelo governo, desse assunto de magna importância. Estamos certos que através de entendimento nesse nível podemos chegar ao almejado Pacto Social.

Estamos firmes na crença que esses dois anos de ajustamento serão superados, com todo denodo, pela sociedade brasileira. Estaremos pavimentando a via para a fase de retomada plena do desenvolvimento, a partir de 1987, quando a taxa de incremento do PIB será anualmente crescente para se alcançar, em 1990, 7% a.a., permitindo então alcançar-se melhores condições de emprego e absorção dos novos contingentes anuais que se agregam à força de trabalho do País. Acreditamos nesse enfoque macroeconômico porque confiamos no processo participativo que a Nova República propiciará às classes produtora e trabalhadora.

Por outro lado havendo melhor equilíbrio entre os Poderes Executivos e Legislativos o empresariado encontrará não mais no Executivo, mas sim no Legislativo, o indispensável apoio para suas reivindicações. Nessas condições o perfil do empresário terá que ser outro, pois deixará de atuar nos fechados e restritos gabinetes do Planalto para a plenitude do Congresso Nacional. Será apenas no Congresso, e não através de decretos, decretos-leis, resoluções, instruções, etc. do Executivo, que serão resolvidas as questões.

Surgirá, por força de novas condicionantes sócio-político-econômicas da Nova República, um empresariado moderno, rejuvenescido, arejado para as novas relações *e capital/trabalho, com melhor compreensão do importante papel que representa o "humanware" em uma sociedade mais participativa e humanizada.

Para finalizar, é de plena justiça que reconheçamos o histórico papel desempenhado pelo presidente João Figueiredo que conseguiu, sem qualquer trauma para a sociedade brasileira, vencer com galhardia o processo de transição entre o autoritarismo centralizador e a democracia participativa que se iniciará com a Nova República.

Terá o novo governo a enorme responsabilidade de, num quadro difícil, cheio de condicionantes, problemas de substancial magnitude e pressões políticas que certamente surgirão, conduzir a nação a uma recuperação social e econômica sem jamais destruir a esperança que se alastrou no seio do povo brasileiro.

(*) — Presidente da Montreal Engenharia S.A., uma das cinco maiores empresas de engenharia do país.